

de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e na alínea f) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

4 — As despesas decorrentes do presente despacho serão suportadas pelas disponibilidades orçamentais do orçamento dos serviços extintos, até à transferência das dotações orçamentais para a Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, no quadro do processo de reorganização em curso.

5 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de junho de 2012.

6 de junho de 2012. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

Nota curricular

Rui Nuno Almeida Dias Fernandes.

Data de nascimento: 19/07/1969.

Nacionalidade Portuguesa.

Estado civil: Casado.

Habilitações literárias:

Mestre em Gestão (1999) — Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa;

MBA (1997) — Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa;

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas (1993) — Católica Lisboa — Universidade Católica Portuguesa;

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (2001) — Instituto Nacional de Administração (INA).

Experiência profissional:

De 1 de janeiro de 2011 a 31 de maio de 2012 — diretor de serviços de Apoio Administrativo da Procuradoria-Geral da República;

De 1 de setembro de 2006 a 31 de dezembro de 2010 — diretor de serviços de Gestão Financeira e Patrimonial da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De 20 de julho de 2004 a 31 de agosto de 2006 — chefe de divisão de Gestão Financeira da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De 1 de março de 2003 a 16 de julho de 2004 — assessor económico e financeiro do Gabinete da Ministra da Justiça (XV Governo Constitucional);

De 24 de junho de 2002 a 28 de fevereiro de 2003 — assessor económico e financeiro do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça (XV Governo Constitucional);

De 27 de novembro de 1995 a 23 de junho de 2002 — técnico economista na Direção-Geral dos Impostos;

De 1 de outubro 1993 a 26 de novembro 1995 — auditor externo da empresa Arthur Andersen & C.º — Auditoria e Consultoria.

Experiência profissional docente:

Desde 2000 — professor auxiliar convidado na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades.

Outras informações:

Prémio Boas Práticas no Sector Público (3.ª Edição — 2005) — fez parte da equipa que mereceu Menção Honrosa na categoria Sistemas de Informação de Gestão, com o projeto «Controlo Financeiro Centralizado do Ministério da Justiça» implementado pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Inglês falado e escrito: Bom.

206175881

Despacho n.º 8296/2012

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e conforme previsto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 33/2012, de 20 de março:

1 — Designo o licenciado José Júlio Cordeiro dos Reis Silva para exercer o cargo de secretário-geral adjunto do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, mantendo a atual comissão de serviço até ao seu termo, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

2 — O ora designado fica autorizado à prática dos atos necessários à gestão das extintas Secretarias-Gerais dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente e do Ordena-

mento do Território, nas ausências, faltas e impedimentos do respetivo secretário-geral, até à conclusão do processo de fusão.

3 — As despesas decorrentes do presente despacho serão suportadas pelas disponibilidades orçamentais do orçamento dos serviços extintos, até à transferência das dotações orçamentais para a Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, no quadro do processo de reorganização em curso.

4 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de junho de 2012.

6 de junho de 2012. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

Nota curricular

Identificação:

Nome — José Júlio Cordeiro dos Reis Silva;

Data de Nascimento — 24 de novembro de 1962;

Naturalidade — Portimão.

Habilitações académicas e profissionais:

Doutorando em Direito Público — Jurisprudência Ordinária e Constitucional — na Faculdade de Direito de Cáceres — Universidade da Extremadura, Espanha;

Certificado de Suficiência Investigadora e Diploma de Estudos Avançados em Direito Eclesiástico do Estado (DEA) pela Faculdade de Direito da Universidade da Extremadura, Cáceres, Espanha (25 de maio de 2009);

Curso de pós-graduação em Reabilitação Urbana e Requalificação Ambiental pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — ISCTE (14 de janeiro de 1994);

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Clássica) — Menção de Ciências Jurídicas (14 de julho de 1988);

Formador de professores — certificado e registado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, sob o n.º CCPFC/RFO-08608/99;

Estágio de advocacia realizado no escritório do Dr. Luís Pedro Moitinho de Almeida (1988 a 1990).

Experiência profissional:

Exercício de Advocacia entre novembro de 1988 e finais de 1999, data em que suspendeu a inscrição como advogado;

Exercício de funções na Administração Pública desde 3 de setembro de 1990 até à presente data;

Exercício de funções docentes no ensino superior e politécnico desde 1996 a 2002.

Percurso profissional (cargos e funções exercidos):

Secretário-Geral Adjunto do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, desde 1 de maio de 2007;

Vice-Presidente do Instituto do Consumidor (2004-2007);

Requisitado para a Entidade Reguladora do Setor Energético, para o exercício de funções de jurista. Colocado na Direção de Concorrência e Consumidores (DCC) e no Núcleo de Apoio ao Consumidor de Energia (NACE) (2004);

Adjunto do Gabinete do Ministro da Administração Interna (2002-2004);

Diretor de Serviços de Administração (DSA) da Secretaria-Geral do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2002);

Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2000-2002);

Adjunto do Gabinete da Ministra para a Igualdade (1999-2000);

Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Informática (DGRHI) da Direção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (1998);

Extra função pública:

Investigador do Observatório Político, desde março de 2012;

Docente do Instituto Superior de Ciências Educativas — ISCE, da cadeira de Direito Administrativo e Direito do Trabalho do Curso de Estudos Superiores Especializados de Direção de Instituições de Ação Social (1996-1998 e 2002);

Docente do Instituto de Comunicação Empresarial — ISCEM, da cadeira de Direito Internacional Público (anual) do 4.º ano do Curso de Comunicação Empresarial (1999);

Diretor Pedagógico da Escola Profissional Infante D. Henrique — Pólo de Lisboa (1993-1996).

206176026

Despacho n.º 8297/2012

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º, do n.º 8 do artigo 19.º e do artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e conforme previsto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 33/2012, de 13 de março:

1 — Designo a licenciada Maria Isabel Baltazar Moreira da Silva Trindade Salgado para exercer, em regime de substituição, o cargo de secretária-geral-adjunta do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

2 — A ora designada fica autorizada à prática dos atos necessários à gestão das extintas Secretarias-Gerais dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente e do Ordenamento do Território, nas ausências, faltas e impedimentos do respetivo secretário-geral, até à conclusão do processo de fusão.

3 — A ora designada fica autorizada a optar pelo vencimento da sua função, cargo ou categoria de origem, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

4 — As despesas decorrentes do presente despacho serão suportadas pelas disponibilidades orçamentais do orçamento dos serviços extintos até à transferência das dotações orçamentais para a Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, no quadro do processo de reorganização em curso.

5 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 junho de 2012.

6 de junho de 2012. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

Nota curricular

Maria Isabel Baltazar Moreira da Silva Trindade Salgado
Habilitações literárias e profissionais:

Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Pós-graduada em Ciências da Educação/Organização e Avaliação da Formação, pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, em colaboração com a Université Pierre Mendès — France de Grenoble;

Formação profissional nas áreas de gestão geral, gestão de pessoal, gestão financeira, regime jurídico da função pública, técnicas de formação, informática, modernização, qualidade e avaliação de serviços, avaliação de desempenho, contratação pública.

Cargo atual:

Secretária-Geral-Adjunta do ex-Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, desde 14 de maio de 2008 (Técnica superior da Secretaria-Geral do ex-Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com a 13.ª posição remuneratória)

Outros cargos dirigentes exercidos:

Secretária-Geral do Ministério do Planeamento;
Secretária-Geral-Adjunta do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território;

Vogal da Direção da Obra Social do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Chefe de divisão de recursos humanos nas Secretarias-Gerais dos Ministérios do Ambiente, do Plano e da Administração do Território e da Habitação e Obras Públicas.

Representação dos serviços:

Integrou diversas comissões e grupos de trabalho nos domínios das leis orgânicas, criação/reestruturação de serviços, racionalização de efetivos, quadros e carreiras. Assegurou a representação setorial ou ministerial, nas seguintes entidades: Conselho Consultivo dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros; Comissão de Recolocação dos Excedentes; Comissão Intersectorial da Formação; Núcleo de Modernização Administrativa do Ministério do Ambiente; Comissão Nacional do Euro; Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação, sendo coordenadora do Núcleo para a Sociedade de Informação do

Ministério do Planeamento; representante do MOPTC na Comissão do Mercado Social de Emprego, no Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, na Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) 2006-2008 e na Iniciativa Nacional para a Infância e Adolescência (INIA). Representante do MADRP no Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços e representante substituta no Conselho de Gestão Patrimonial. Membro da Unidade de Gestão Patrimonial do MADRP.

Distinções:

Prémio da Qualidade em Serviços Públicos (1995), atribuído no domínio da gestão — coordenadora da equipa técnica do Ministério do Ambiente, responsável pelos projetos distinguidos. Coordenadora da equipa responsável pela candidatura da Secretaria-Geral do MADRP ao Prémio de Boas Práticas do Setor Público (2010). Possui vários louvores e menções.

206176059

Agência Portuguesa do Ambiente

Aviso n.º 8301/2012

Lista Unitária de Ordenação final, procedimento concursal comum na categoria de técnico superior, preferencialmente detentor de licenciatura em Engenharia do Ambiente, Química ou equiparada.

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, faz público que do procedimento concursal em epígrafe, aberto pela Agência Portuguesa do Ambiente, publicitado no *Diário da República* n.º 157, 2.ª série, de 17 de agosto de 2011 (Aviso n.º 16030/2011), na BEP de 17 de agosto de 2011 (Código de Oferta n.º 0E201108/0341) e na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, resultou para os candidatos aprovados a seguinte lista unitária de ordenação final:

Noélia Maria Viana Marreiros — 11,94 valores

Faz ainda público que a Lista Unitária de Classificação Final foi homologada por Despacho de 31 de maio de 2012 da Vogal do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente.

Da homologação da lista de ordenação final cabe recurso hierárquico ou tutelar de acordo com o que determina o n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

Mais se faz público que a Lista de Ordenação Final se encontra afixada no *placard* da sede e na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente.

12 de junho de 2012. — O Presidente, *Nuno Sanchez Lacasta*.

206175427

Declaração de retificação n.º 793/2012

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 7559/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106, de 31 de maio de 2012, retifica-se que onde se lê «Jorge Manuel dos Santos Garcia» deve ler-se «Jorge Guerreiro dos Santos Garcia».

12 de junho de 2012. — O Presidente, *Nuno Sanchez Lacasta*.

206175281

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 8302/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 6 de agosto de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de junho de 2012, com a trabalhadora, Patrícia Alexandra Ribeiro Vidal, para exercício de funções correspondentes à categoria/carreira de Assistente Operacional, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 1 da tabela única remuneratória, da carreira de Assistente Operacional, correspondente a 485 €.